



ESCRITAS DE SI E RESISTÊNCIA DAS MULHERES NEGRAS BRASILEIRAS

Elen Taline Silva de Carvalho; Maíra Kubík Taveira Mano¹

Universidade Federal da Bahia. Elen.talines@gmail.com

Resumo: Com o objetivo de refletir sobre como as mulheres negras brasileiras têm resistido às opressões e desumanização impostas e criado outras possibilidades de existência, este artigo se propõe a analisar a produção escrita destas mulheres no site Blogueiras Negras. Como aporte teórico, dialogamos com as teorias feministas negras, decoloniais e ciberfeministas. Nossa hipótese é de que as produções textuais das blogueiras oferecem elementos para olhar criticamente o contexto social e as estratégias usadas para sobrevivência neste cenário. Utilizando como metodologia a Análise do Conteúdo, com base no proposto por Laurence Bardin (2010), foram selecionados textos da editoria de “Identidade”, na qual aparece uma escrita de caráter mais autobiográfico, do ano de 2015, aquele com mais publicações desde o começo do projeto. A partir da consulta a esse material, compreendemos que tais blogueiras têm aceitado o convite-desafio de Audre Lorde de transformar a linguagem em ação e de Jurema Werneck (2010) de buscar outras formas de representarmos a nós mesmas. Corroboramos com a afirmação de Patrícia Hill Collins (2016, p.105) de que o ato de definir-se “[...] é uma forma importante de se resistir à desumanização essencial aos sistemas de dominação”. Palavras-chave: Mulheres negras, teorias feministas, decolonialidade, autodefinição, escrita.

Introdução

No contexto contemporâneo brasileiro, a resistência das mulheres negras se desenha múltipla. As configurações complexas da interconexão de opressões que atravessa/conforma a nossa realidade, requer criatividade no processo de luta e superação. Isso é o que nos trazem Lélia Gonzalez (1984), Sueli Carneiro (2003), Luiza Bairros (1995) e outras intelectuais negras brasileiras em seus textos. A construção de outras possibilidades de existência, quando a desumanização se impõe, é vital e tecida também nas escritas destas mulheres.

Corroboramos com a afirmação de Patrícia Hill Collins (2016, p.105) de que o ato de

definir-se “[...] é uma forma importante de se resistir à desumanização essencial aos sistemas de dominação”. Tendo como hipótese que as produções textuais das mulheres negras oferecem elementos para olhar criticamente o contexto social e as estratégias usadas para sobrevivência neste cenário, este artigo se propõe a analisar suas produções escritas publicadas no site Blogueiras Negras. Compreendemos que tais blogueiras têm aceitado o convite-desafio de Audre Lorde de transformar a linguagem em ação e de Jurema Werneck (2010) de buscar outras formas de representarmos a nós mesmas. No nosso aporte teórico, dialogamos com as teorias feministas negras, decoloniais e

¹ Orientadora da dissertação no programa de pós-graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismos - UFBA, da qual o presente artigo é parte.



ciberfeministas. Sobre as primeiras, Patrícia Hill Collins (2000) fornece elementos para entendermos como se configuram em Epistemologia Feminista Negra. Tendo como referência Sandra Harding, ela pontua que a epistemologia é uma abrangente teoria do conhecimento, que revela as estratégias utilizadas pelas diversas relações de poder no processo de moldar o que acreditamos e o porquê.

Collins (2000) observa quatro dimensões que conformam esta epistemologia: experiência vivida como critério de significado, uso de diálogo, a ética da responsabilidade pessoal e a ética do cuidado. Nas suas palavras:

[...] Quando as mulheres negras foram responsáveis por nossas próprias auto definições, essas quatro dimensões da Epistemologia feminista negra [...], vieram à frente. Quando os temas centrais e os quadros interpretativos do conhecimento das mulheres negras foram informados pela Epistemologia negra, uma rica tradição, o pensamento feminista negro se seguiu (2000, p.266).

Traremos, na análise dos textos, as considerações das teóricas negras que referenciamos. No momento, gostaríamos de olhar as teorias decoloniais, especialmente a partir das teorizações de intelectuais latino-americanas, já que estamos em um país que sofreu o processo de colonização e, acreditamos, segue conformado pelos efeitos das colonialidades. Tais teorias refletem criticamente sobre a modernidade e

rompem com teorizações universalizadas como únicas verdadeiras.

Na sua proposta de um feminismo decolonial, Lugones (2014) reforça que a modernidade “organiza o mundo ontologicamente em termos de categorias homogêneas” e que essa lógica dicotômica e hierárquica é central para o pensamento capitalista e colonial moderno sobre raça, gênero e sexualidade. A dicotomia central da modernidade colonial é justamente a hierarquia dicotômica entre o humano e o não humano:

Os povos indígenas das Américas e os/as africanos/as escravizados/as eram classificados/as como espécies não humanas - como animais, incontrolavelmente sexuais e selvagens (LUGONES, 2014, p.936).

Ela auxilia na compreensão das consequências da missão civilizatória colonial quando observa:

A missão civilizatória colonial era a máscara eufemística do acesso brutal aos corpos das pessoas através de uma exploração inimaginável, violência sexual, controle da reprodução e terror sistemático. [...] A transformação civilizatória justificava a colonização da memória e, conseqüentemente, das noções de si das pessoas, da relação intersubjetiva, da sua relação com o mundo espiritual, com a terra, com o próprio tecido da sua concepção de realidade, identidade e organização social, ecológica e cosmológica (p.938).

Encontramos uma forte relação destas considerações com o que as teóricas negras brasileiras têm escrito sobre os significados dos corpos e dos sujeitos negros no Brasil, especificamente no



tocante às mulheres. Assim como no que as blogueiras negras revelam nos seus textos autobiográficos. Lugones (2014, p. 939) avança e propõe o conceito de colonialidade de gênero, que afirma estar conosco e ser “o que permanece na intersecção de gênero/raça/classe como construtos centrais do sistema de poder capitalista mundial”. De acordo com ela, sua proposta é compreender “a opressão das mulheres subalternizadas através dos processos combinados de racialização, colonização, exploração capitalista e heterossexualismo” (2014, p.941).

É a partir do seu conceito de colonialidade de gênero que Lugones (2014) afirma ser a descolonização uma práxis. “É decretar uma crítica da opressão de gênero racializada, colonial e capitalista heterossexualizada, visando uma transformação vivida do social” (LUGONES, 2014, p.940). A possibilidade de superar esta colonialidade de gênero é o que ela chama de feminismo descolonial.

Para Curiel (2009), descolonização significa uma posição política que perpassa pensamento, ação individual e coletiva, além de nossos imaginários, corpos e sexualidades. “Se trata del cuestionamiento del sujeto único, al eurocentrismo, al occidentalismo, a la colonialidad del poder, al tiempo que reconoce propuestas como la hibridación, la polissemia, el pensamiento otro, subalterno y fronterizo”

(CURIEL, Ibidem, p.3). Esta autora (2009; 2007) encontra nas teorizações das afrofeministas, chicanas e lésbicas radicais, nas décadas de 1970 e 1980, o começo de uma proposta descolonizadora.

Por estarmos trabalhando com escritas publicadas no ambiente virtual, compreendemos serem necessárias algumas considerações sobre este espaço e como estamos inseridas nele. As produções de autoria negra no ciberespaço demonstram que nossa articulação, que há séculos acontece por meio de redes de solidariedade e militância, encontra na internet novos caminhos para que essa conexão se faça em níveis cada vez maiores e ganhe mais capilaridade (MALTA, R.B. e OLIVEIRA, L.T.B, 2016).

A força do que tem sido feito e as potencialidades das ações *online* não são diminuídas pela dificuldade que temos de entrar e estar neste espaço. Esta dificuldade é expressa nos dados trazidos no “Dossiê Mulheres Negras – retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil”, publicado em 2013 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), que indica que, no tocante a exclusão digital, em 2009, 73,6% das casas chefiadas por mulheres negras não possuíam computador. Dessas, cerca de 26,3% não possuíam acesso à internet.



As principais teorizações sobre ciberespaço, cibercultura e ciberativismos datam do século XX e acontecem no contexto do desenvolvimento da Internet e do uso das novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) por ativistas e movimentos sociais. Como nos traz Muniz Sodré (2007), os avanços tecnológicos, que aconteceram na virada do século XX, possibilitaram a passagem de uma comunicação centralizada e unidirecional para uma comunicação multidirecional, também entendida como comunicação “todos-todos”. E isso gera novos discursos, vindos dos mais diferentes sujeitos.

A noção de ciberespaço é formulada no ano de 1984, momento da formação de vários grupos ativistas nas redes virtuais. Nas palavras de Malini e Antoun (2013, p.19), o ciberespaço é “esse território virtual de trocas, ação coletiva e produção comum de linguagens- nomeada assim no seminal ‘Neuromancer’, romance de William Gibson, também datado de 1984”. De acordo com Pierre Levy (1999), a interconexão mundial de computadores é o que possibilita o surgimento do ciberespaço. “O termo não especifica apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que

navegam e alimentam esse universo” (LEVY, 1999, p. 16).

A cibercultura é, então, “um conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço (LEVY, 1999, p.17). O crescimento do ciberespaço, de acordo com este teórico, é possibilitado pela interconexão, pela criação de comunidades virtuais e pela inteligência coletiva.

Os movimentos sociais começam usar as TICs não apenas na última década do século XX, mas a partir do movimento zapatista e, posteriormente, da Batalha de Seattle, a comunicação passou a ser meio e fim de luta. Como aponta Alcântara (2013), há um consenso de que as revoltas zapatistas, que aconteceram no México a partir de 1994, foram o primeiro exemplo de ciberativismo.

Na segunda metade da década de 1990, estava se desenvolvendo e popularizando, nos Estados Unidos, o uso gráfico e multimídia da Internet, com a criação da *World WideWeb* (WWW). Também conhecida como *web*, ela possibilitava a transmissão de textos, imagens e sons. Aparecem as homepages, que eram páginas gráficas interativas e, com isso, novas possibilidades de comunicação no



ciberespaço foram abertas (ORTIZ, 2007; MALINI e ANTOUN, 2013).

Diante de todas essas transformações, como as mulheres estão inseridas? Ana de Miguel e Montserrat Boix (2013) fazem uma reflexão sobre como a “nova sociedade virtual” afeta as mulheres e os ciberfeminismos que surgem a partir de então. Para elas, “a Internet se converteu em um elemento essencial para difundir informação, trocar opiniões, coordenar estratégias e realizar ações com a intenção de construir um mundo mais justo e igual. E o feminismo, que tem muito com que contribuir nesse terreno, já é consciente disso (MIGUEL e BOIX, 2013, p.40).

As teóricas (2013) desconstruem a ideia de que, na rede, acontece a desgenerização das pessoas, trazendo como elementos que justificam essa assertiva os conteúdos de videogames e de páginas de pornografia. Aqui cabe também o questionamento se é possível falar em termos de um mundo pós-racial. Zelinda Barros ([200?]) auxilia, neste caso, no entendimento de que não só gênero, mas também raça e classe dificultam e, em muitos casos, impedem o acesso às ferramentas digitais.

Barros ([200?]) reforça que, apesar de tantos impedimentos, as mulheres negras vêm conquistando espaço e ecoando discursos. Nas suas palavras, “[...] com uma visão renovada do conceito e da prática feministas, as mulheres negras se

apropriam de mecanismos que fazem com que suas vozes ecoem cada vez mais longe, lançando as bases para uma articulação em rede potencializada por tecnologias como a Internet” (BARROS,[200?], p.3).

Nas análises sobre os ciberfeminismos, algumas observações importantes são feitas. Primeiro que são práticas de diferentes matizes, segundo que existe um perigo gerado pela tecnofobia por parte de algumas correntes feministas e da falta de posicionamento político por parte de algumas ciberfeministas, como reflete Miguel e Boix (2013). Elas concluem: “o mundo virtual contribui pelo menos para a agitação e para o movimento no cotidiano não-virtual; das estratégias que consigamos desenhar para fortalecer o processo dependerá finalmente que se converta em uma ferramenta decisiva da transformação” (MIGUEL e BOIX, 2013, p.73).

Metodologia

Optamos por usar a Análise de Conteúdo (AC), com base no proposto por Laurence Bardin (2010), como metodologia. A análise de conteúdo da mídia se desenvolveu na década de 1920, a partir dos estudos de comunicação realizados nos Estados Unidos por Harold Laswell, que, junto com Paul Lazarsfeld, definiu uma base teórica. Como traz Heloiza Herscovitz (2007), a AC, inicialmente, enfatizava a



dimensão quantitativa, apoiada no positivismo de Comte e no neopositivismo do Círculo de Viena, mas se tornou popular na década de 1950, momento em que passa a analisar temas em torno das discriminações contra mulheres e pessoas negras.

Na definição de Herscovitz (2007, p.126/127), a AC é um

[...] método de pesquisa que recolhe e analisa textos, sons, símbolos e imagens impressas, gravadas ou veiculadas em forma eletrônica ou digital encontrados na mídia a partir de uma amostra aleatória ou não dos objetos estudados com o objetivo de fazer inferências sobre seus conteúdos e formatos enquadrando-os em categorias previamente testadas, mutuamente exclusivas e passíveis de replicação.

Atualmente, a partir do reconhecimento de que os textos são polissêmicos, análises quantitativa e qualitativa se integram no processo “de forma que os conteúdos manifesto (visível) e latente (oculto, subentendido) sejam incluídos em um mesmo estudo para que se compreenda não somente o significado aparente de um texto, mas também o significado implícito, o contexto onde ele ocorre, o meio de comunicação que o produz e o público ao qual ele é dirigido” (HERSCOVITZ, 2007, p.126).

Resultados e discussão

Como já mencionado, o Blogueiras Negras é o site no qual encontramos os textos com os quais dialogamos. Entre os principais

objetivos do BN, está amplificar as vozes de mulheres negras diversas, que já escreviam em seus sites particulares ou outros espaços, em um site para abordar temas que envolvam negritude, feminismos e produção de conteúdo. Ele surge em 2012, tendo como propulsora a Blogagem Coletiva Mulheres Negras, que aconteceu com o objetivo de articular blogueiras para produzirem textos relacionando o Dia da Consciência Negra - 20 de novembro - e o Dia Internacional da Não Violência Contra a Mulher - 25 de novembro.

Dados de 2014 apontam que a comunidade *on* e *off-line* reunia cerca de 1.300 mulheres negras, entre as quais estavam em média 200 autoras (BLOGUEIRAS NEGRAS, 2014). A partir de texto publicado na apresentação do site, as coordenadoras afirmam que a missão é “promover a livre produção de conteúdo, partindo do princípio de que às mulheres negras sempre lhes foi negado lugares e discurso. [...] Também ressignificar o universo feminino afrocentrado através da gravação de nossas histórias, teorias e sentimentos” (BLOGUEIRAS NEGRAS, 2014).

Sobre a linha editorial, o feminismo negro e as experiências das mulheres negras são tidos como eixo estruturador. Entre as indicações para os textos estão: não hierarquizar opressões, não ter cunho



racista, machista, transfóbico, classista, ageísta, sexista, capacitista, lesbo-homobifóbico, cissexista, gordofóbico e qualquer outra forma de opressão. Atualmente, os textos são divididos por editoriais da seguinte forma: Identidade; Resistência; Saúde e Beleza; Estilo de vida; Cultural e Colunas.

O processo de editoração é fluído, já que, ao chegar, o texto é recebido por qualquer uma das editoras- atualmente são dez mulheres sob a coordenação de Charô Nunes e Larissa Santiago-, que têm liberdade para editar da forma que achar mais coerente. Na etapa de pré-análise e exploração do material, recolhemos uma amostra por julgamento. Depois da leitura das publicações na editoria de “Identidade” em anos alternados - primeiro, terceiro e quinto -, percebemos que 2015 teve o maior número de postagens. Associamos tal quantidade ao fato deste ter sido um ano de muita mobilização das mulheres no país, protagonizadas pelas mulheres negras.

Entendemos que os “eixos temáticos” ou “temas” seriam a unidade de registro mais adequada, com base no nosso objetivo e na leitura mais detalhada do material recolhido. A partir desses eixos, surgiram quatro categorias - subjetividade, estrutura, etária, educação -, nas quais convergem eixos temáticos variados. Estas categorias apontam como o racismo conforma a

materialidade e a subjetividade da população negra.

Antes de seguirmos para a discussão dos temas, trazemos dados quantitativos da nossa observação. Em 2013, primeiro ano do projeto, foram publicados 53 textos dentro da editoria de “Identidade”. Em 2015, foram 73 e em 2017, 21. Fizemos também uma análise das categorias que perpassam estas publicações, levando em consideração, como já apontamos, que estas categorias são elencadas pelas editoras do site.

Em 2013, as categorias que apareceram foram: Preconceito (10); Educação (10); Infância e juventude (7); Cotidiano (6); Religião (5); Aborto (1); Feminismo (1); Negritude (1). Em 2015, apareceram: Racismo (21); Educação (19); Resistência (16); Cotidiano (16); Preconceito (11); Infância e juventude (11); Negritude (9); Religião (6); Direitos (6); Violência (5); Feminismo (5); Mídia (5); Literatura (3); Saúde (3); Beleza (3); Cultura (2); Sexualidade (2); Televisão (2); Política (2); Editorial (1); Urbanidade (1); Arte (1); Cinema (1); História (1); Aborto (1); Negras notáveis (1).

Em 2017, as categorias foram: Educação (8); Infância e juventude (5); Cotidiano (3); Religião (2); Resistência (2); Afeto (2); Cultura (1); Sonho (1); Literatura (1); Racismo (1). Fizemos um somatório das categorias que apareceram nos três anos,



resultando em: Educação (37); Cotidiano (25); Infância e juventude (23); Religião (13). A subjetividade que atravessa essa categorização, já que é feita livremente por cada editora, dialoga com os temas centrais dos textos e nos apontam o que pesa para estas mulheres quando escrevem e refletem sobre suas identidades.

Nessas autobiografias *online*, as experiências compartilhadas de construção de identidades revela o quão estruturante da sociedade brasileira o racismo é. O racismo que faz com que crianças negras tenham experiências de sofrimento nas escolas; que faz com que a formação das (os) educadoras (es) seja limitada quanto às questões raciais; que impacte as adolescentes negras no processo de auto aceitação do corpo; que, afinal, impede que as mulheres negras tenham acesso a possibilidades de vida mais digna.

São identidades que por muito tempo se construíram a partir da dor, mas que vêm sendo construídas e defendidas a partir de referenciais positivos. Quando Patrícia Hill Collins (2016) propõe refletir sobre a importância sociológica do pensamento feminista negro. O primeiro tema destacado é o que versa sobre a auto definição e a auto avaliação, imprescindível na reflexão que propomos neste artigo e, como veremos adiante, também trazido pelas feministas negras brasileiras. Sobre tal, ela afirma:

Auto definição envolve desafiar o processo de validação do conhecimento político que resultou em imagens estereotipadas, externamente definidas da condição feminina afro-americana. Em contrapartida, a auto avaliação enfatiza o conteúdo específico da auto definição das mulheres negras, substituindo imagens definidas com imagens autênticas de mulheres negras (COLLINS, 2016, p. 102).

Com isto, dimensionamos a importância da autorrepresentação das mulheres negras contemporâneas. A agência destas mulheres no processo de se auto definirem e auto avaliarem o conteúdo dessa definição, a crítica e o enfrentamento aos estereótipos controladores são fundamentais na superação da realidade imposta.

Collins (2016) segue trazendo referências de Mae King (1973) e Cheryl Gilkes (1981) para reforçar a importância do que ela chama de auto definição. De acordo com a pesquisadora, a primeira “sugere que os estereótipos são uma representação de imagens externamente definidas e controladoras da condição feminina afro-americana e que têm sido centrais para desumanização das mulheres negras” (COLLINS, 2016, p.103). A segunda, “indica que a assertividade das mulheres negras ao resistirem à opressão multifacetada que vivenciam tem sido uma ameaça ao status quo” (COLLINS, 2016, p.103).

Záira Pires, no seu texto “Feminismo negro para garotas (e garotos) do ensino



médio”, publicado no BN em 23 de outubro de 2015, discute o feminismo negro e o contexto no qual vivemos como mulheres negras a partir de exemplos do dia a dia e de frases curtas. Um dos eixos temáticos elencados neste texto foi o “Representações estereotipadas”, identificado pela seguinte passagem: “No entanto, quando vc liga a TV, a maior parte dos atores e atrizes são brancos, e as pessoas negras sempre ocupam os mesmos papéis, de empregada doméstica, de babá, de morador de favela, de jogador de futebol”.

Fazendo uma leitura de Collins e observando o contexto brasileiro, Kia Killy Caldwell (2000, p.102) pontua que tais imagens controladoras servem para “naturalizar práticas históricas e contemporâneas de dominação racial e de gênero. Elas também têm sido usadas para manter a imagem nacional do Brasil como ‘democracia racial’”. Citando Chris Weedon (1999), ela coloca a importância de reconhecer o racismo como força que estrutura as práticas materiais, mas também a produção de subjetividades, tanto das pessoas brancas quanto das não-brancas.

Ainda no texto escrito por Zaíra Pires, destacamos o eixo temático “Relação raça e classe”, resumido pelos trechos: “No nosso país, a maioria das pessoas pobres é negra, e a maioria das pessoas ricas é

branca”; “Quando a gente pega ônibus, a maioria das pessoas é negra, mas qdo a gnt olha quem está dirigindo os carros mais novos e mais caros, são na maioria pessoas brancas”.

Definir a si própria é rejeitar a suposição de que as pessoas que estão em posição de autoridade para “descreverem e analisarem a realidade têm o direito de estarem nessas posições”, de acordo com Collins (2016, p.104), que afirma que esse processo de definir-se traz e valida o poder das mulheres negras enquanto sujeitos, enquanto humanas. Cada vez mais é possível perceber que essa reflexão tem sido feita pelas mulheres negras e tem sido usada para superação do racismo, da desumanização imposta/confrontada.

Viviane de Paula, no texto “Cansei de ser forte: por que ser mulher é uma luta constante?”, publicado no BN em 16 de junho de 2015, no qual reflete sobre a imposição social de que toda mulher negra deve ser forte e não pode demonstrar fragilidade, dialoga com Collins. No trecho que resume o eixo temático “Enfrentamento do racismo e estereótipos” ela diz:

[...] Não, não queremos nossos corpos expostos como uma carne de segunda: glocabeza não é elogio, “mulata exportação”, “você é negra, mas é bonita”, “beleza exótica” ou quaisquer outras expressões em relação as nossas formas, as nossas etnias, a nossa raça não são elogios. Guarde-os para você! [...] Os nossos corpos e as nossas atitudes não têm de estar nos seus padrões: podemos sambar ou



não; podemos ter bundas avantajadas ou não; podemos ter nariz largo ou não; podemos ter lábios grossos ou não; podemos alisar nossos cabelos ou não; e não deveria ter nenhuma surpresa nisso.

Avtar Brah (2006) observa como a diferença tem significados diversos em diferentes discursos e como cada grupo de pessoas é representado por esses diferentes discursos da diferença. Colocando a diferença enquanto categoria analítica, Brah a divide em quatro: diferença como experiência, diferença como relação social, diferença como subjetividade e diferença como identidade. É esta última que mais interessa aqui. Sobre a qual afirma:

Nossas lutas sobre significado são também nossas lutas sobre diferentes modos de ser: diferentes identidades. Questões de identidade estão intimamente ligadas a questões de experiência, subjetividade e relações sociais. Identidades são inscritas através de experiências culturalmente construídas em relações sociais (BRAH, 2006, p.371)

Autorrepresentar-se é diálogo e, como vimos até aqui, confronto com possibilidades de identidades. O que Brah (2006) propõe é que a identidade é um processo e, por isso, “[...] é mais apropriado falar de discursos, matrizes de significado e memórias históricas que, uma vez em circulação, podem formar a base de identificação num dado contexto econômico, cultural e político” (p.372). Como bem traz, as formações discursivas são lugares de poder. Logo, as subjetividades são produzidas nos poros,

nos intervalos, dos diversos “lugares de poder que se interconectam”. A mesma prática que produz o poder, pode enfrentá-lo. Aqui ela aciona Foucault e sua reflexão do discurso enquanto prática.

Conclusões

O que nos interessa dessa discussão é perceber que as mulheres negras, a partir de diferentes mecanismos, têm tomado o poder para si e construído outras possibilidades de serem.

A importância da representatividade também surge como uma questão. Como nos aponta Clara Brandão, no seu texto “Espaço educacional, identidade e silenciamento das mulheres negras”, publicado no BN em 17 de setembro de 2015. No trecho que define o eixo temático “Representatividade” ela afirma: “Me perguntam com frequência por que eu me importo tanto com representatividade de pessoas negras nos espaços de ensino básico e superior. A minha resposta é sempre a mesma: como um sujeito vai formar sua identidade se pessoas como ele não são representadas nos espaços de ensino além da tia da limpeza e do refeitório?”.

Trazendo sua trajetória para refletir sobre a intelectualidade da mulher negra, bell hooks (1995) atenta para como sexismo e racismo atuam na perpetuação de um repertório de imagens de representação da



mulher negra como destinada a servir. De acordo com ela (1995, p.469), a “iconografia de corpos de negras que insistia em representá-las como altamente denotadas de sexo, de perfeita encarnação de um erotismo primitivo e desenfreado” serve para justificar a exploração e o estupro dessas mulheres.

A teórica aponta que, nos meios de comunicação, as principais representações ainda colocam as mulheres negras como mais sexuais, “aberrações primitivas descontroladas”. Como oposição a esse estereótipo, hooks (1995) observa o da mãe preta. “Mais uma vez, essa imagem registra a presença feminina negra como significada pelo corpo, neste caso, a construção de mulher como mãe (preta), peito amamentando e sustentando a vida de outros”.

Conectando Lélia com outras teóricas negras, Angela Figueiredo (2008, p.246) pondera que “[...] a categoria mulato/mulata não é apenas uma categoria racial, ou uma categoria de cor como poderíamos ingenuamente imaginar; mas ela reflete uma construção social sobre a raça no Brasil em que a cor e os fenótipos são associados aos comportamentos”.

Em interlocução com Collins e Luiza Bairos, Figueiredo (2008) afirma que, nos últimos anos e a partir de uma investida antirracista e antissexista, as mulheres negras têm valorizado e se orgulhado de

seus corpos politizados. O discurso sobre a beleza negra, que começara a emergir na década de 1970, afirmava “os estereótipos antes negados”.

Pertinente retomar a Collins (2016, p.104), quando ela reitera: “ao definir e valorizar a assertividade e outras qualidades ‘não femininas’ como atributos necessários e funcionais da condição feminina afro-americana, a autoavaliação das mulheres negras desafia o conteúdo de imagens controladoras externamente definidas”. Enxergamos aqui um processo de proposição de novos termos, mas também de ressignificação dos termos que antes subjugavam.

Jurema Werneck (2010), em artigo que resgata as “capacidades propositivas e de atuação protagônica” das mulheres negras, nos oferece recursos imprescindíveis para pensarmos. Observando as articulações feitas pelas mulheres negras tanto dentro do movimento negro, quanto do movimento feminista, ela afirma que

é possível visibilizar, no interior destas articulações, as diferentes possibilidades a que as mulheres negras recorreram, os diferentes repertórios ou pressupostos de (auto)identificação ou de identidade e de organização política. Tais possibilidades partem deste reconhecimento: estamos diante de diferentes agentes históricas e políticas – as mulheres negras – intensas como toda diversidade (WERNECK, 2010, p.11).

Ela retoma mitos sagrados de origem africana, que dispõem de figuras femininas ainda atuantes como modelos e



“possibilidades identitárias para a criação e a recriação de diferentes formas de feminilidade negra”. A tradição desses mitos sagrados é vista por Werneck como um “repertório maleável e mutante, que responde a contextos históricos, políticos e, principalmente, a projetos de futuro” (2010, p11).

As autobiografias que dialogam diretamente com a questão da religiosidade no BN trazem a denúncia da intolerância religiosa contra religiões de matriz afro-brasileira, mas também o quanto que o resgate da ancestralidade é fundamental no processo de superação do sofrimento causado pelo racismo.

Jurema Werneck (2010) pondera sobre as condições de desvantagem nas quais temos desenvolvido estratégias de auto definição e nos provoca a seguir nesta tarefa. Ela afirma:

De todo modo, ainda nos resta a tarefa inconclusa, ou pouco valorizada, de buscar a voz própria. Refiro-me à busca de outras formas possíveis ou desejáveis de expressão e representação do que fomos, do que poderíamos ter sido, do que desejamos ser, antes e além do eurocentrismo e suas pressões simbolizadas pelo racismo heterossexista, sua dominação econômica e seus ataques no plano simbólico. Ainda que nos reconheçamos múltiplas, mutantes, inconclusas. (WERNECK, 2010, p.16).

Foi este convite para seguirmos na busca pelas nossas vozes e nossa construção a partir de termos próprios e referenciais emancipatórios que instigaram esta pesquisa.

A partir do material lido e da metodologia utilizada, é possível perceber que as identidades das mulheres negras contemporâneas se constroem na relação cotidiana de enfrentamento a imposição dos estereótipos racistas e na busca por referenciais positivos, encontrados na ancestralidade e renovados no diálogo com as novas possibilidades de ser.

As blogueiras negras nos mostram, através dos seus textos, o quanto estrutura social e subjetividade atuam de forma inseparável nesse processo de auto definição e representação. E do quanto o desvelamento das opressões que conformam a sociedade brasileira é um passo fundamental na busca pelo reconhecimento da nossa humanidade enquanto mulheres negras e na luta pela justiça social.

Concluimos lembrando que os desafios são grandes, mas a resistência também. E o mais importante: não caminhamos sós!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

www.blogueirasnegras.org

ALCÂNTARA, Livia Moreira de. **Ciberativismo: mapeando discussões**. 37º Encontro Anual da ANPOCS- 2013-SPGO1 Tecnologia, inovação e ciberativismo.

BAIROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. **Estudos Feministas**. Florianópolis, 2º semestre de 1995.

BARROS, Zelinda. **Feminismo negro na Internet: cyberfeminismo ou ativismo digital?** Disponível em: <http://www.academia.edu/1497162/Femini>



- smo_negro_na_Internet Acesso: 30 de dez. 2016
- BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**. São Paulo. Jan./Jun. 2006. P.329 a 376.
- CALDWELL, Kia Killy. Fronteiras da diferença: raça e mulher no Brasil. **Estudos Feministas**. Florianópolis, 2º semestre de 2000.
- CARNEIRO, Sueli. Carneiro, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro. Takano Editora, 2003. 16.
- COLLINS, Patrícia Hill. Aprendendo com a outsider within*: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Sociedade e Estado**. V. 31, n.1. Jan./Abril 2016.
- CURIEL, Ochy. La crítica Postcolonial desde las Prácticas del Feminismo Antirracista. **Revista NOMADAS**. Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos- Universidad Central. Bogotá, 2007.
- CURIEL, Ochy. **Descolonizando el feminismo**. Presentada en el Primer Coloquio Latinoamericano sobre Praxis y Pensamiento Feminista realizado en Buenos Aires en junio de 2009. Disponível em:
http://feministas.org/IMG/pdf/Ochy_Curiel.pdf Acesso: 28 de out. de 2017.
- FIGUEIREDO, Ângela. Gênero: dialogando com os estudos de gênero e raça no Brasil. IN Sanone, Lívio & Pinho, Osmundo (orgs). **Raça: novas perspectivas antropológicas**. 2ed ver. Salvador: Associação Brasileira de Antropologia: EDUFBA, 2008.
- GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Ciências Sociais Hoje**. 1984. P.223-244.
- HOOKE, bell. Intelectuais Negras. **Estudos Feministas**. Florianópolis, 2º semestre de 1995.
- LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo. Editora 34, 1999.
- LORDE, Audre. Sister Outsider, Ensaio e Conferências - 1984. IN: **Textos Escolhidos**. Difusão Herética. Edições Lesbosfeministas independentes.
- LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**. Florianópolis. Set./Dez 2014
- MALINI, Fábio; ANTOUN, Henrique. **A internet e a rua: ciberativismo e mobilizações nas redes sociais**. Porto Alegre. Sulina, 2013.
- MALTA, R.B; OLIVEIRA, L. T. B. Enegrecendo as redes: o ativismo de mulheres negras no espaço virtual. **Gênero**. Niterói. V. 16, n.2. 1º semestre de 2016.
- MARCONDES, M. M. et al. **Dossiê Mulheres Negras – retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil**. Brasília. IPEA, 2013.
- MIGUEL, A.; BOIX, M. Os gêneros da rede: os ciberfeminismo. **Internet em Código Feminino – Teorias e Práticas**. Org. Graciela Natansohn. Buenos Aires. La Crujía, 2013.
- ORTIZ, Pedro H. Zapatistas no ciberespaço. In.: FERREIRA, Maria Nazareth. **Cultura, Comunicação e Movimentos Sociais**. São Paulo. CELACC- ECA/USP, 2007.
- SODRÉ, Muniz. Reinventando a Cultura: Do Atual ao Virtual. In.: FERREIRA, Maria Nazareth. **Cultura, Comunicação e Movimentos Sociais**. São Paulo. CELACC- ECA/USP, 2007.
- UGARTE, D. **O poder das redes**. Porto Alegre. EDIPUCRS, 2008.
- WERNECK, Jurema. Nossos passos vêm de longe! Movimento de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. **Revista da ABPN (Associação Brasileira de Pesquisadores (as) Negros (as))**. V.1, n.1. Mar./Jun. 2010.